# **RELATÓRIO**

#### **ENQUADRAMENTO LEGAL**

- 1. Dispõe o artigo 46° da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que os orçamentos municipais incluem, entre outros, um "Relatório que contenha a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta, incluindo a identificação e descrição das responsabilidades contingentes" (alínea a) do n.º 1 do artigo 46° Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação em vigor).
- 2. Por seu turno, o artigo 9°-A da mesma Lei estabelece um conjunto de princípios gerais a que os orçamentos municipais devem obedecer, agora destacando-se o referido no seu n.º 2:

"A elaboração dos orçamentos anuais é enquadrada num quadro plurianual de programação orçamental e tem em conta as projeções macroeconómicas que servem de base ao Orçamento do Estado."

#### O CENÁRIO MACROECONÓMICO

- 3. Conforme citado anteriormente, o Orçamento Municipal deverá constituir uma projeção dum quadro plurianual de programação orçamental que atenda às projeções macroeconómicas que serviram de base ao Orçamento do Estado.
- 4. Aquelas projeções foram divulgadas no passado dia 10 de outubro, aquando da apresentação, na Assembleia da República, da proposta de Orçamento do Estado para 2025. Nas suas vertentes fundamentais, são os seguintes os traços primordiais do cenário apresentado:

	2023	2024	2025
		estimativa	previsional
PIB	2,5	1,8	2,1
Consumo privado	2,0	1,8	2,0
Consumo público	0,6	2,6	1,2
Investimento (FBCF)	3,6	3,2	3,5
Exportações	3,5	2,5	3,5
Importações	1,7	2,9	3,5
Taxa de inflação (IHPC)	5,3	2,6	2,3
Taxa de desemprego	6,5	6,6	6,5

Fonte: Proposta de Orçamento do Estado para 2025

- 5. Numa breve leitura, por cada um dos anos referidos no quadro supra, permite-nos retirar as seguintes conclusões:
  - que o ano de 2024, apresenta uma taxa de inflação no sentido descendente que consolidará uma progressiva estabilização da mesma, e reflete uma queda do PIB influenciado sobretudo pela diminuição do investimento e das exportações, bem como, pelo aumento das importações e do consumo público.

 que o ano de 2025 projeta uma situação de melhoria de todos os indicadores com exceção das importações, minimizando porventura os efeitos de uma internacionalização dos conflitos.

## OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE ALCÁCER DO SAL PARA 2025

- 6. Realizado, ainda que brevemente, o enquadramento conjuntural que vivemos, importa agora centrar a atenção nos documentos previsionais do Município de Alcácer do Sal.
- 7. O Orçamento que o executivo municipal apresenta prevê uma Receita e uma Despesa na ordem dos 59,8 milhões de euros, sendo que mais de 69% deste valor está inserido em projetos, percentagem superior em relação ao ano anterior.
- 8. Destaca-se que, dos documentos previsionais que se apresentam, constam um total de 12 projetos cofinanciados, que oneram o Orçamento de 2025 em cerca de 6,6 milhões euros.
- 9. Quanto à repartição do Orçamento Municipal entre Capital e Correntes, analisada sob a perspetiva da despesa, verifica-se que Capital absorve cerca de 36,5%, e que as despesas Correntes absorvem 63,5%.
- 10. Do valor total do Orçamento, o Plano Plurianual de Investimentos conta com cerca de 21,5 milhões; mais de 19,4 milhões estão reservados às Ações Mais Relevantes, enquanto que cerca de 18,9 milhões não se encontram afetos a projetos.

11. Tal como no ano transato, a seguir apresentam-se os valores e o peso relativo, por funções, face aos montantes inscritos nas Grandes Opções do Plano (PPI+AMR):

### Grandes Opções do Plano 2025-2029

Designação	€	%
Administração Geral	6 935 460,00	16,93
Segurança e Ordens Públicas	302 067,00	0,74
Educação	3 815 683,00	9,31
Saúde, Segurança e Ação Social	729 641,00	1,78
Habitação e Ordenamento do Território	3 686 505,00	9,00
Serviços Coletivos (Saneamento, Água e Resíduos)	5 999 124,00	14,64
Proteção Meio Ambiente Conservação Natureza	2 197 926,00	5,36
Cultura e Entidades Cívicas e Religiosas	939 325,00	2,29
Desporto	2 426 872,00	5,92
Agricultura, Indústria e Energia	4 239 242,00	10,35
Transportes Rodoviários	5 491 958,00	13,40
Comércio e Turismo	2 982 871,00	7,28
Funções Económicas	62 770,00	0,15
Operações da Divida Autárquica	219 611,00	0,54
Transferências entre Administrações	941 841,00	2,30
Total	40 970 896,00	100,00

- 12. Em comparação com o orçamento de 2024, o volume de recursos alocados a projetos, tal como referido no ponto 7, aumentou 5%.
- 13. As variações anuais do peso relativo de cada uma das funções, que se revelaram mais expressivas, reportam-se à Administração Geral e aos Transportes, com uma variação positiva que ronda os 6%.

- 14. Para além destas funções, também a Habitação e Ordenamento do Território, e o Desporto apresentam um aumento do peso relativo entre 1,5% e 2%. Todas as restantes funções apresentam pesos relativos inferiores aos registados em 2024.
- 15. Realce-se que cerca de 55,3% das despesas alocadas a projetos se referem a apenas quatro das áreas funcionais, designadamente à Administração Geral, Serviços Coletivos, Transportes e Energia, correspondendo a um aumento de verba na ordem dos 6,1 milhões de euros.
- 16. A área de maior peso relativo é a Administração Geral, onde em 2025, se destacam os projetos relativos às Infraestruturas e Ampliação da ZIL de Alcácer do Sal (cerca de meio milhão de euros); o Sal Tech (cerca de 377 mil euros); a Aquisição de Máquinas e Viaturas com mais de 2,3 milhões de euros, bem como o Licenciamento do Data Center com uma despesa na ordem dos 250 mil de euros.
- 17. A segunda área com maior peso relativo é a que se refere aos Serviços Coletivos. Aqui importa destacar, os custos previstos com o Abastecimento de Água, que se estima que possam ascender a mais de 4,2 milhões de euros, os valores consignados às Estações de Tratamento de Águas Residuais em cerca de 500 mil euros, bem como, o custo afeto ao projeto relativo à Transferência e Tratamento Final de Resíduos Sólidos Urbanos, na ordem dos 800 mil euros.
- 18. De seguida, na função Transportes para além do Investimento em Estradas, Caminhos e Arruamentos, não se pode deixar de referir os investimentos previstos nos seguintes projetos: Sinalização Rodoviária; Infraestruturas de Casebres 1ª fase; Estacionamento da Carrasqueira;

Requalificação do Cabo da Vila; Requalificação do Bairro da Casa do Povo e Frente de Rua na Comporta, com uma dotação superior a 5,2 milhões de euros.

- 19. Por último, quanto às quatro áreas funcionais referidas no ponto 15, a função Energia, prevê uma despesa estimada de 3,5 milhões de euros com encargos com energia elétrica, bem como cerca de 650 mil euros em investimentos em Iluminação Pública e Iluminação Cénica 3ª fase.
- 20. Finalmente, fora das áreas funcionais referidas, importa evidenciar os seguintes projetos:
  - Construção de Habitações Municipais no âmbito da Estratégia Local de Habitação, onde vai prevista uma dotação de 3,2 milhões de euros:
  - Reabilitação do Centro Escolar dos Telheiros, onde vai prevista uma dotação de 1,9 milhões de euros;
  - Feiras e Festividades, com valores na ordem de 1,6 milhões de euros;
  - Arena Multiusos, onde vai prevista uma dotação de 1 milhão de euros em 2025, bem como 7,3 milhões de euros em 2026 e ainda 1,1 milhões de euros em 2027;
  - Interface da Comporta, com cerca de 960 mil euros e igual valor para 2026;
  - Cais Palafítico da Carrasqueira, com cerca de 620 mil euros;
  - Centro de Apoio à Divulgação e Fruição do Rio Sado, com valores na ordem dos 380 mil euros;
  - Reabilitação Urbana do Bairro Miguel Torga na Zona H2 do Torrão, com valores na ordem dos 370 mil euros.
- 21. Como sempre, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2025-2029, partem da realidade conhecida com as diversas condicionantes que a envolvem. Está concebido para atingir os objetivos que nos

propusemos, maximizando os recursos e os apoios disponíveis, sempre com o objetivo final de melhorar a qualidade da vida dos nossos munícipes.

Assim, um novo ano é, sobretudo, um novo desafio. O trabalho de todos, eleitos ou não, terá de ser o principal recurso para responder a este desafio.

Alcácer do Sal. 11 de novembro de 2024

O Presider te la Câmara Municipal

Vítor Proença